

ANÁLISE DO CRESCIMENTO DAS MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OCTÊNIO DO GOVERNO LULA POR REGIÃO NO BRASIL.

Ana Lúcia Borba de Arruda
Universidade Federal de Pernambuco/UFPE - Brasil
anaborba@hotmail.com

Assis Leão da Silva
Instituto Federal de Educação de Pernambuco/IFPE – Brasil
Universidade Federal de Pernambuco/UFPE - Brasil
assisleao33@gmail.com

RESUMO

A pesquisa visou analisar como se deu o crescimento das matrículas no do governo Lula por região no Brasil, tendo como fio condutor a perspectiva teórica de Trow (1973; 2005), na qual a educação superior quanto ao tamanho pode ser classificada em sistema de: elite, massa e universal. Para tanto, apresenta-se características que ajudam a compreender a transição entre os sistemas expostos por Trow. Em seguida, situam-se os programas que tem produzido impactos na ampliação das matrículas no território nacional. Evidencia-se que houve uma ampliação do número de matrículas e de IES na educação superior no Brasil. Contudo, tal ampliação ainda não é capaz de possibilitar a passagem do sistema de elite para o sistema de massa.

Palavras-chave: Educação Superior. Expansão. Ampliação das Matrículas.

Introdução

O presente trabalho propõe analisar como se deu o crescimento das matrículas no octênio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (doravante Governo Lula) nas diferentes Regiões Brasileira, tendo como fio condutor da reflexão a perspectiva teórica desenvolvida por Martin Trow (1973; 2005), que defende a tese de que o desenvolvimento da educação superior quanto ao tamanho pode ser classificado em: sistema de elite, sistema de massa e sistema universal.

Ao lado das temáticas da gestão universitária, avaliação e autonomia universitária a questão da expansão, nos últimos anos, é um dos temas mais discutidos e pesquisados no campo da educação superior. Dentre as pesquisas que analisam diferentes aspectos da expansão pode-se mencionar: Catani, Oliveira e Michelotto (2011); Amaral e Chaves (2011); Gomes e Nunes (2009); Sguissardi (2008); Michelotto, Coelho & Zainko (2006); Pacheco & Ristoff (2004). A análise procedida

dos autores instiga a aprofundar a compreensão deste campo que ocupa um significativo espaço na complexa dinâmica das políticas de educação superior brasileira.

A constituição do *corpus* da pesquisa compreende fontes documentais que explicitam as políticas voltadas para a expansão da educação superior e dados estatísticos oficiais reunidos pelo INEP/MEC e Censo da Educação Superior.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira parte, apresenta-se de forma breve, características que ajudam a compreender a transição entre as fases dos sistemas de elite, massa e universal expostas por Trow (1973; 2005). Na segunda, situa-se as políticas que tem produzido impactos no processo de expansão das matrículas na educação superior no território nacional, formuladas e implementadas no octênio do Governo Lula e que são consumidas na literatura da área, como forma de entender o crescimento da educação superior no Brasil. Em seguida, com base nos dados estatísticos do Censo da Educação Superior problematiza-se o modo peculiar do crescimento das matrículas na educação superior entre as diferentes regiões brasileiras. E, por fim, expõem-se as considerações finais.

1. Aspectos da Transição do Sistema de Elite ao Sistema de Massa e deste ao Sistema Universal

O estudo desenvolvido por Martin Trow (2005; 1973) defende a tese de que o desenvolvimento da educação superior segue três fases, podendo, quanto ao tamanho ser classificado em: a) *sistema de elite* - com taxa de matrícula de até 15%; b) *sistema de massa* - taxa de matrícula de 16 a 50% e, c) *sistema universal*, com taxa de matrícula acima de 50%, tendo como referência a população na faixa etária de 18 a 24 anos.

Segundo Trow (2005), as transições entre as fases dos sistemas requerem mudanças em todos os aspectos de suas estruturas e funções, a saber: tamanho do sistema, finalidades da educação, currículo e formas de instrução, ‘carreira estudantil’, diversificação institucional, *locus* de poder e tomada de decisões, padrões acadêmicos, acesso e seleção e formas de administração.

Brennam (apud TROW 2005, p.1), no entanto, nos alerta que

Trow nunca visualizou estas distinções como descrições empíricas de sistemas de educação superior reais, porém como modelos ou ‘tipos ideais’, para ajudar nossa compreensão sobre tais sistemas. E outro ponto a lembrar é que embora ele apresente estas formas como estágios seqüenciais, ele não considera como inevitável que os últimos estágios poderiam substituir completamente os primeiros. Em particular, enxerga possibilidades de exemplos de formas do sistema de elite sobrevivendo nos estágios de sistema de massa e universal’.

Trow (2005) compreende que a transição do Sistema de Elite ao Sistema de Massa e deste ao Sistema Universal não diz respeito apenas a aspectos quantitativos, mas também qualitativos, pois as diferentes fases também estão associadas a questões como:

- a) finalidades da educação superior - o ensino superior de elite tem sido relacionado com a formação dos indivíduos para o desempenho de papéis de alto escalão no governo e nas profissões aprendidas. No modelo de massa, as instituições ainda estão preparando as elites, mas num intervalo muito mais amplo do que seriam as massa que teriam preparação em papéis técnicos, mais específicos. Nas instituições marcadas pelo acesso universal vê-se a preocupação em formar toda população e a preocupação principal é maximizar a adaptabilidade dessa população a uma sociedade cuja principal característica é a rápida mudança social e tecnológica.
- b) currículo e as formas de instrução - o currículo nas instituições de elite tende a ser altamente estruturado. Nas instituições voltadas para uma educação superior de massa, o currículo se torna mais modular, marcado por seqüências de curso semi-estruturadas, com foco na aquisição de créditos, o que permite combinações de cursos mais flexíveis e de acesso mais fácil. Na educação superior universal, ainda persiste a organização modular, mas de forma desestruturada, requerendo cursos seqüenciados.
- c) formas de instrução - nos sistemas de elite, a forma característica de instrução é tutorial ou por meio de seminário, marcada por um forte relacionamento entre professores e alunos. No sistema de massa a ênfase é na transmissão de habilidades e conhecimento, com a instrução formal executada através de aulas frequentemente ministradas por assistentes de professores ou professores. Na educação voltada para o acesso universal, a relação pessoal direta entre professores e alunos está subordinada a uma ampla exposição dos estudantes.

- d) 'carreira' estudantil - nas instituições de elite, os estudantes habitualmente entram diretamente após completar o ensino médio, continuando seu trabalho ininterruptamente até a obtenção do grau. Nas instituições de massa, alguns estudantes ingressam imediatamente depois de terminar o ensino médio, embora muitos outros ingressem nas instituições já na idade adulta. Nas instituições de acesso universal há um adiamento maior a entrar, além de um grande número de alunos com experiências em ocupações adultas.
- e) instituição, características e fronteiras: os sistemas de elite tendem a ser altamente homogêneos, com as instituições participantes muito semelhantes entre si. São universidades com padrões altos e comuns umas às outras. Os sistemas de massa são considerados mais 'compreensivos', com padrões mais diversos, até com algumas ligações entre vários segmentos do sistema que permitem a mobilidade dos estudantes e do quadro funcional. Nos sistemas de acesso universal, há uma grande diversidade no caráter das instituições que os compõem, inclusive sem um padrão em comum.
- f) acesso e seleção: nos sistemas de elite, o status a eles atribuídos possibilitou na maioria das sociedades ocidentais o alcance meritocrático medido pela performance na escola secundária. Nas instituições de educação superior de massa há uma aceitação geral do princípio da meritocracia, onde o acesso é limitado, embora o critério não seja tão rígido como nas instituições de elite. Nas instituições de acesso universal, que por definição são totalmente abertas a qualquer um que deseje se matricular ou àqueles que têm um mínimo de qualificação educacional, o critério é a escolha voluntária por parte do indivíduo.
- g) formas de administração acadêmica - a universidade de elite é governada por acadêmicos que são essencialmente amadores em administração. Em alguns países, eles têm tido a ajuda de funcionário público de tempo integral e um corpo de especialistas para lidar com as questões financeiras. Sistema de massa, seu corpo administrativo se torna maior, vê-se um corpo de líderes formalmente acadêmicos, mas que agora são claramente administradores da universidade em tempo integral, tendo abaixo deles um crescente corpo de funcionários não-acadêmicos. À medida que o sistema se move em torno do acesso universal, os enormes custos de

administração geram pressões por maior responsabilidade financeira e formas mais sofisticadas de gestão.

A partir da breve exposição do trabalho de Trow (2005) na seção seguinte, passar-se-á a exposição das políticas de expansão da educação superior que vem impactando no crescimento das matrículas no âmbito do território nacional.

2. Políticas de Expansão: balanço da agenda

A dinâmica da expansão da educação superior no Brasil pode ser compreendida a partir de dois momentos: o primeiro, que compreende as três décadas que vão de 1964 a 1994, que toma como marco a Reforma Universitária de 1968; o segundo, que vai de 1994 a 2010 e aponta para uma reconfiguração no campo da educação superior.

Em detrimento das políticas adotadas na década de noventa, mais precisamente no octênio de Fernando Henrique Cardoso (doravante Governo FHC), a tônica da educação superior passou a ser o movimento expansionista, mantendo e aprofundando o perfil característico da educação superior brasileira baseado em instituições privadas.

De acordo com dados estatísticos obtidos no Censo da Educação Superior, constata-se que no período de 1994 a 2002 o número de instituições passou de 851 para 1637, um aumento de 92,4%, sendo que: em 1994, 25, 6% eram públicas e 74, 4% privadas. Já, em 2002, é de 11,9% de públicas e 88,1% privadas. O crescimento das instituições é acompanhando da trajetória expansiva das matrículas que passou de 1.661.034 para 3.479.913, houve um incremento de 109,5%. Destas matrículas, 69,8% localizam-se no segmento privado e 30,2% no público. Nota-se, pois uma importante expansão das matrículas nesse nicho de mercado. Contudo, apesar do *boom* de matrículas e instituições a escolaridade líquida da população de 18 a 24 anos, em 2002, não ultrapassou 9,8%, mantendo o sistema de ensino superior de elite, na perspectiva da classificação apresentada por Trow (2005).

É interessante destacar que o processo de expansão acelerada tem continuidade no Governo Lula, através da implementação ou redimensionamento de políticas e programas que enaltecem referências discursivas “globalmente estruturadas” para o campo da educação superior, tais como: adoção de financiamento estatal atrelado a critérios e metas de desempenho; diversificação de cursos e percursos acadêmicos; expansão do acesso a educação superior de grupos anteriormente excluídos (políticas de

inclusão com justiça social); ampliação da relação professor/aluno; combate à evasão e repetência; fomento de mecanismos de equidade como assistência estudantil.

Nesse sentido, no quadro n.º 1, busca-se sintetizar as principais políticas destinadas aos setores público e privado elaboradas e implementadas no período de 2003 a 2010, que no discurso do MEC contribuem com o processo de democratização da educação superior no país. Dentre as ações, algumas abrangem políticas afirmativas como estratégia de democratizar o acesso e buscam fazer frente a necessidades antigas da sociedade brasileira, em especial, dos estudantes pertencentes aos segmentos menos favorecidos da população.

Quadro 1

Síntese das Políticas de Expansão/MEC (2003-2010)

Políticas	Objetivos	Atos Normativos
Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas em especial, negros e indígenas, nas IFES.	Reservar vagas para estudantes egressos de escolas públicas em especial, negros e indígenas, nas IFES.	PL n.º 3627/04 – Aprovado em nov./2008
Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind)	Programa integrado de apoio à formação superior de professores para o exercício da docência aos indígenas.	Edital n.º. 03, de 24/06/08 em atendimento a Lei n.º. 11.645/08
Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)	Ampliar o acesso e permanência no nível da graduação e melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos.	Decreto n.º 6.096, de 24/04/07
Universidade Aberta do Brasil	Expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas por meio da modalidade de educação à distância.	Decreto n.º. 5.800, de 08/06/06
Programa Universidade Para Todos (ProUni)	Conceder bolsas integrais e parciais nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas, para estudantes de baixa renda.	MP n.º. 213 de 10/09/03 e Lei n.º 11.096/05
Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir)	Garantir o pleno acesso de pessoas com deficiências às instituições federais de ensino superior.	Decretos n.º. 5.296/04 e n.º. 5.626/05
Programa de Ações Afirmativas para a população negra nas instituições federais e estaduais da educação (Uniafro)	Ações voltadas à formação inicial na modalidade presencial e a distância, para professores de educação básica.	2005
Programa de Expansão das IFES Universidade Expandir até ficar do Tamanho do Brasil (Expansão Fase I)	Expandir e interiorizar as IFES levando desenvolvimento econômico e social para os municípios do interior dos Estados.	2003

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponíveis no sítio: <www.mec.gov.br>.

Cabe ressaltar que dessas políticas e programas aqueles de maior envergadura, seja pelos impactos na expansão do sistema ou pelas discussões e pesquisas acadêmicas suscitadas são principalmente: ProUni, Educação à Distância, Reuni e o processo de Interiorização. Nota-se, que o fenômeno da expansão no Governo Lula é tratado pelo prisma das

alianzas público-privadas em la oferta de la educación (Programa Universidad para Todos – ProUni), con los contratos de gestión (Programa de Apoyo al Plan de Reestructuración y Expansión de las Universidades Federales – REUNÍ) y con la redefinición de las investigaciones académicas em investigación y desarrollo (Ley de Innovación Tecnológica) y, em términos institucionales, con la difusión del modelo propugnado por el Proceso de Bolonia y por las recomendaciones de la USAID en cuanto a la aspiración de la generalización del modelo de los Community Colleges. (LEHER, 2010, p.27).

Ao considerar a demanda reprimida pleiteando o ingresso na educação superior, inclusive a população estudantil tradicionalmente excluída desse nível de escolarização o Governo Federal criou o Programa Universidade para Todos (ProUni), regulamentado pela Medida Provisória n.º. 213/2003 e institucionalizado pela Lei n.º 11.096/2005. O Programa dispõe sobre a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (de 50% ou 25%), nos cursos de graduação e sequenciais de formação específica, das instituições privadas de educação superior, para estudantes de baixa renda, oriundos da rede pública de ensino. Em contrapartida, o governo oferece a isenção de alguns tributos às IES, sejam estas com ou sem fins lucrativos, que aderirem ao Programa¹.

De acordo com os dados divulgados no sítio do MEC, no primeiro ano de vigência do ProUni ofertou-se 112.275 bolsas, sendo 64% integrais. No período de 2006 a 2012/2 o número de bolsas oferecidas chegou a 1.555.663, no entanto, nem todas foram utilizadas. Há que lembrar que prevalece à oferta de bolsas integrais 52,4%. Tal diagnóstico sinaliza o baixo poder aquisitivo dos bolsistas, pois para receber bolsa integral a renda familiar mensal *per capita* terá que ser de um salário mínimo e meio. Com o intuito de garantir a continuidade e conclusão dos estudos dos estudantes bolsistas foi criada a Bolsa Permanência, auxílio no valor de R\$ 300,00 reais mensais,

¹ Este Programa tem sido objeto de estudo e avaliações de vários pesquisadores e de entidades educacionais de cunho acadêmico, que buscam investigar o impacto do PROUNI na educação superior e a relação entre o Estado e o setor privado. Aqui nos referimos aos seguintes autores: Oliveira (2007), Carvalho (2006), dentre outros.

concedida a estudantes com bolsa integral, matriculados em cursos presenciais. De acordo com o Relatório do TCU (2009), apesar da relevância do auxílio, seu alcance em relação ao número de bolsistas é limitado.

Há que se destacar que no período 2006 a 2012 o número de candidatos inscritos no processo seletivo do ProUni ultrapassou oito milhões, sendo oferecidas bolsas em mais de 900 municípios brasileiros, o que expressa um alcance significativo de possibilidades de oportunidades educacionais a segmentos com características socioculturais e econômicas diferentes daqueles que tradicionalmente estão na educação superior. Quando se analisa o número de bolsistas por região, no ano de 2012, verifica-se que as regiões sudeste e sul concentraram 70% dos bolsistas.

Cabe registrar, ainda, que, através do Decreto n.º 5.800/2006, o MEC, juntamente com o Fórum das Estatais pela Educação, criou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que outorga as universidades federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) a oferta de educação superior gratuita por meio da modalidade à distância, com o intuito de expandir, interiorizar e democratizar a educação superior no país, principalmente em microrregiões e municípios com pouca ou nenhuma oferta de nível de ensino. De acordo com informações contidas no sítio da UAB/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atualmente a UAB têm como prioridade a formação de professores para a educação básica.

Conforme dados estatísticos divulgados pela Capes, em 2012, mais de 160 mil estudantes estavam matriculados em cursos de graduação no sistema UAB. Sendo que destes, 140 mil freqüentam cursos de licenciaturas e 24.207 os bacharelados (ver Tabela 1). Nota-se, pois, que a educação a distância é uma modalidade de ensino em crescente expansão e vem tendo apoio e incentivos dos governos em todos os níveis de ensino, principalmente do governo federal que vem implementando políticas de expansão com vista a instituição do “sistema de massa”.

Tabela 1– UAB em Números

Modalidade/Cursos	Matrículas
Licenciaturas	140.000
Bacharelados	24.207
Tecnólogos	6.877
Especializações	66.000
Aperfeiçoamento	21.176
Mestrado Profissional	2.800
Extensão/Sequencial/Formação Pedagógica	6.968
Total	268.028

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponíveis no sítio: <www.uab.capes.gov.br>.

Cabe salientar que para atender a essa população estudantil, em torno de 600 municípios, o sistema UAB conta com 103 instituições vinculadas ao sistema, sendo 56 universidades federais, 30 estaduais e 17 institutos federais. Areladas a essas instituições estão 636 polos. De fato, não se pode desconsiderar que a UAB leva a universidade a regiões antes desassistidas contribuindo com o significativo aumento no volume de matrículas na educação superior. Por outro lado, não se deve perder de vista a qualidade acadêmica dos cursos ofertados uma vez que recrudescer de forma alarmante a oferta do ensino por meio da modalidade a distância não só pelo setor público, como prioritariamente pela iniciativa privada.

Nesse contexto, em 2003, o Governo Federal lançou o Programa de Expansão das IFES com o propósito de expandir e interiorizar as universidades federais, levando desenvolvimento econômico e social para os municípios do interior dos Estados. Assim, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114, em 2003, para 237, em 2011. Desde o início do Programa até 2010 (ver Gráfico 1), foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi* nas diversas regiões brasileiras, tendo em vista ampliar o número de vagas e a criação de novos cursos de graduação².

² Dados disponíveis em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

Gráfico 1 Evolução do Número de IFES (2003-2010)



Fonte: MEC/Reuni, 2010.

Em 2007, o Governo Federal estabeleceu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (doravante Reuni), por meio do Decreto Presidencial nº 6096/2007, como forma de incentivar as universidades públicas a retomarem seu papel estratégico para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do País. Neste Decreto, veicula-se que o objetivo do Programa é “criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Art. 1º).

Diante desse cenário, é possível perceber um aumento significativo no número de instituições públicas no Brasil. No entanto, não se pode perder de vista que esse fenômeno se apresenta desigual se comparado por regiões. Ao mapear a distribuição de instituições de ensino superior (IES) no Brasil, conforme exposto na Tabela 2. A seguir, diagnosticam-se disparidades no atendimento educacional desse nível de ensino nas cinco regiões.

Tabela 2
Distribuição das IES no Brasil de acordo com as Regiões Geográficas

Ano	REGIÃO NORTE			REGIÃO NORDESTE			REGIÃO SUDESTE			REGIÃO SUL			REGIÃO CENTRO-OESTE		
	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total	Púb.	Priv.	Total
2004	18	100	118 5,8%	56	288	344 17%	90	911	1.001 49,7%	37	298	335 16,6%	23	192	215 10,6%
2006	18	117	135 5,9%	63	349	412 18,1%	109	984	1.093 48,2%	40	347	387 17,1%	18	225	243 10,7%
2009	19	128	147 6,3%	61	387	448 19,3%	110	980	1.090 47,1%	39	347	386 16,7%	16	227	243 10,6%
2011	27	125	152 6,4%	63	369	432 18,2%	134	1.023	1.157 48,9%	42	347	389 16,4%	18	217	235 9,9%

Fonte: MEC/INEP

Analisando o período que compreende o Governo Lula, ver-se, conforme demonstrado na Tabela 2, que há continuidade no crescimento do número de IES em todo Brasil, inclusive no setor público, em função da adoção de políticas, como: Expansão das IFES, Reuni e UAB. Entretanto, digno de nota é o número significativo de instituições de IES da Região Sudeste em relação às demais regiões, a saber: 1.157, o que representa 48,9% das IES concentradas numa só região.

3. Aspectos da Transição do Sistema de Elite ao Sistema de Massa e deste ao Sistema Universal: análise do caso de expansão da educação superior brasileira

Para efeitos de análise, no caso do Brasil, e levando em consideração essas fases classificadas por Trow (2005), cabe destacar que mesmo com a evolução das matrículas em nível de graduação, nos anos noventa e início dessa década, principalmente no setor privado, tal fenômeno não possibilitou a consolidação do sistema de massa, e, menos ainda para os setores mais pobres da população, predominando ainda o sistema de elite. Conforme os dados do INEP/MEC, em 2011, apenas 14,6%³ da população brasileira, na

³ Esse percentual diz respeito à taxa de escolarização líquida da educação superior, já à taxa de escolarização bruta é de 25,5%. Para obtermos a taxa de escolarização líquida, divide-se o número de estudantes da educação superior da faixa etária de 18 a 24 anos pela população de 18 a 24 anos. Por sua vez, a taxa de escolarização bruta, diz respeito ao número total de estudantes dividido pela população da faixa etária de 18 a 24 anos (RISTOFF; SEVEGNANI, 2006).

faixa etária de 18 a 24, estavam matriculados nesse nível de escolaridade, demonstrando assim um baixo percentual de atendimento. Além disso, é preciso registrar que em geral o acesso de jovens das populações em situação de desvantagem social a um curso superior continua bastante restrito e a qualidade do ensino, em algumas instituições particulares, bastante duvidosa (NEVES, RAIZER, FACHINETTO, 2007).

Ampliando a análise, baseando-se na evolução do número de matrículas por categoria administrativa entre os anos 2004 a 2010, se verifica desafios postos à educação superior brasileira no tocante à democratização quantitativa e qualitativa do acesso e da permanência, como mostra a tabela 3 a seguir:

Tabela 3
Evolução do Número de Matrículas por Categoria Administrativa
2004 a 2010

Ano	Total	Pública								Privado	
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Privado	%
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2,0	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

Fonte: MEC/INEP

Numa análise preliminar, dos dados acima, no tocante ao número de matrículas por categoria administrativa, é possível perceber que o esforço desenvolvido pelas iniciativas das políticas de expansão/MEC (2003-2010) associados ao incentivo de financiamento da expansão e interiorização das Instituições de Educação Superior (IFES) ainda não são suficientes para superar os grandes desafios postos à educação superior brasileira no tocante à democratização quantitativa e qualitativa do acesso e da permanência. Pois, considerando a distribuição do setor público e privado na oferta de matrículas na educação superior em 2010, vê-se que em oito anos ocorreu um decréscimo da participação da esfera pública de 29,9%, em 2003, para 25,8% do total de

matrículas. Enquanto que, o setor privado passou de 70,1%, para 74,2% da participação no total de matrículas da educação superior. As taxas de crescimento em participação do número de matrículas e em participação percentual contribuíram ao longo da última década, para a manutenção da tendência histórica do predomínio do setor privado sobre o setor público; uma vez que o crescimento deste último não foi suficiente para ampliar de forma significativa o espaço de sua participação neste segmento da educação.

Além das dificuldades na ampliação da participação efetiva do setor público no universo de vagas ofertadas pela educação superior; outro desafio a ser enfrentado pelas políticas de expansão da educação superior no Brasil, refere-se à superação das assimetrias regionais e a garantia no aumento nas taxas de escolarização da população – bruta e líquida. Na tabela 4, a seguir, em nível nacional, em 2001 a incorporação nas taxas de escolarização bruta no Brasil foi de 15,1%, para 26,7%, em 2009. Contudo, em 2009, as regiões Norte, com 23,7%, e o Nordeste, com 18,4%, proporcionaram uma participação em percentuais abaixo do descrito no cenário nacional. No tocante à taxa de escolarização líquida verificou-se a manutenção das assimetrias regionais e a baixa escolarização da educação superior, cerca de 14,4%, configurando-se um sistema de elite.

Tabela 03
Evolução das taxas de escolarização Bruta e Líquida da educação superior:
Brasil e Regiões 2001/2009

Brasil/ Regiões	Educação Superior (18 a 24 anos)																	
	Escolarização Bruta									Escolarização Líquida								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	15,1	16,6	18,6	18,6	19,9	22,6	24,3	25,5	26,7	8,9	9,8	10,6	10,5	11,2	12,6	13,1	13,7	14,4
Centro-Oeste	18,2	21,8	23,6	23,2	25,9	27,0	28,8	31,1	32,6	9,7	11,9	12,3	12,2	14,0	14,8	15,6	16,3	17,9
Nordeste	9,1	9,5	10,9	11,1	11,9	14,3	15,9	16,9	18,4	5,1	5,1	5,8	5,9	6,1	7,1	7,7	8,3	9,4
Norte	11,3	15,3	14,7	12,2	14,6	17,0	19,3	21,7	23,7	5,2	6,7	6,1	5,7	7,0	7,6	9,0	9,9	11,0
Sudeste	17,3	19,0	21,2	22,0	23,3	26,7	28,6	29,4	30,1	10,9	12,0	12,8	13,0	13,8	15,7	16,4	16,6	16,8
Sul	21,3	22,8	26,7	26,5	27,8	29,7	30,8	32,9	33,5	12,7	13,7	15,9	15,3	16,2	17,1	16,8	18,7	19,2

Fonte: IBGE/Pnad; elaborado por MEC/Inep. Nota: para os anos 2001, 2002 e 2003, exclusive a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Na tabela acima, no que se refere à escolarização bruta, verifica-se o expressivo crescimento da região Centro-Oeste e Sul, ambos respectivamente com 32,6% e 33,5%,

superando a região Sudeste, que ficou com o crescimento de 30,1%, no ano de 2009. A região Nordeste com 18,4% e a Norte com 23,7%, mesmo com crescimento expressivo, não conseguiram associar-se ao crescimento das outras regiões do País. Quando analisado a escolarização líquida, verifica-se o expressivo crescimento da região Sul, seguido da região Centro-Oeste, ambos com 19,2% e 17,9% no ano de 2009. Enquanto que a região Sudeste mantém sua taxa de escolarização; e a regiões Norte e Nordeste ficam novamente nas últimas posições. O destaque na comparação recai sobre as dificuldades da região Nordeste em melhorar tanto a taxa de escolarização bruta quanto a líquida em relação às outras regiões do País.

Quando analisado o censo de 2011, verifica-se que a tendência da assimetria regional ainda persiste. Veja a seguir na tabela 5 abaixo:

Tabela 5
Distribuição das Matrículas Presenciais e a Distância de acordo com as Regiões Geográficas

	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Total	6.739.689	520.274	1.326.656	637.543	3.110.913	1.144.303
Pública	1.773.315	222.370	514.212	150.527	572.108	314.098
Federal	1.032.936	125.093	320.671	99.448	311.702	176.022
Estadual	619.354	89.164	173.741	41.384	218.822	96.243
Municipal	121.025	8.113	19.800	9.695	41.584	41.833
Privada	4.966.374	297.904	812.444	487.016	2.538.805	830.205

Fonte: INEP/DEED, 2011

Considerações Finais

Um dos maiores desafios da educação superior brasileira é mudar o mapa da distribuição de matrículas na graduação no País. Entre os principais aspectos observados, evidencia-se que diante da implementação ou redimensionamento de políticas e programas, houve uma ampliação do número de matrículas e de instituições na educação superior em âmbito nacional. Contudo, tal ampliação apesar de representar um estímulo à modificação do cenário da oferta de vagas na educação superior no País,

ainda não é capaz de possibilitar a passagem do sistema de elite para o sistema de massa no que se refere ao aspecto quantitativo e qualitativo descrito por Trow.

De acordo com os dados, observa-se que apesar da dinâmica expansionista a passagem do sistema de elite para o sistema de massa, no Brasil, não se deu em todas as regiões, contribuindo para a manutenção da assimetria regional da educação superior. Dadas as desigualdades sociais e regionais brasileiras e a preocupação em combater seus efeitos no acesso a educação superior é imprescindível considerar as características peculiares a cada localidade de inserção da educação superior.

Referências

AMARAL, N. C.; CHAVES, V. J. *A Educação Superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento*. Disponível em: <http://www.forumgestaoensinosuperior2011.ul>> Acesso em: 20 de jun, 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Auditoria Operacional. *Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relat%C3%B3rio%20de%20auditoria_Prouni.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Sinopse Estatística da Educação Superior: Censo da Educação Superior*. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007 que Institui as Diretrizes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

CARVALHO, C.A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n.96, p.979-1000, 2006.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; MICHELOTTO, R. M. *As Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil e a Produção do Conhecimento*. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0008.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012.

GOMES, A. M. As Reformas e Políticas da Educação Superior no Brasil: avanços e recuos. In: MANCIBO, D.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, J. F. (Org.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. Campinas: Alínea, 2008.

GOMES, A. M.; MORAES; K. N. A Expansão da Educação Superior no Brasil Contemporâneo: questões para o debate. *Anais da 32ª Reunião Anual da Associação*

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu/MG, out.2009.
Disponível em: <<http://www.anped.org.br/Reunioes/32ra/32portal.htm>>. Acesso em: 26 out. 2010.

LEHER, R. (Comp.). *Por Una Reforma Radical de Las Universidades Latinoamericanas*. Argentina: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

MICHELOTTO, R. M.; COELHO, R. H.; ZAINKO, M. A. S. *A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula*. *Educar*, Curitiba, n.28, p. 179-198, 2006.

NEVES, Clarissa E. Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, R. F. *Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n.17, p. 124-157, jan./jun. 2007.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. *Educação Superior: democratizando o acesso*. Brasília: INEP, 2004.

RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira. *Democratização do Campus*. Brasília: INEP, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate, v.6).

SGUISSARDI, V. *Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: Predomínio Privado/Mercantil e Desafios para a Regulação e a Formação Universitária*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

TROW, M. *Problems in the transition from elite to mass higher education*. [s.l.]: Carnegie Commission on Higher Education, 1973.

_____. *Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII*, 2005. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>>. Acesso em: 3 nov. 2009.